



2006/ED/EFA/MRT/PI/66

Background paper prepared for the
Education for All Global Monitoring Report 2006
Literacy for Life

A alfabetização em Moçambique: desafios da educação para todos

Mouzinho Mário & Débora Nandja
2005

This paper was commissioned by the *Education for All Global Monitoring Report* as background information to assist in drafting the 2006 report. It has not been edited by the team. The views and opinions expressed in this paper are those of the author(s) and should not be attributed to the *EFA Global Monitoring Report* or to UNESCO. The papers can be cited with the following reference: "Paper commissioned for the *EFA Global Monitoring Report 2006, Literacy for Life*". For further information, please contact efareport@unesco.org

**A Alfabetização em Moçambique:
Desafios da *Educação Para Todos***

Solicitado pela Coordenação do “EFA Global Monitoring 2006”, UNESCO, Paris

Mouzinho Mário & Débora Nandja
Faculdade de Educação
Universidade Eduardo Mondlane
C.P. 257

Maputo, Moçambique

e-mail: mouzinho@zebra.uem.mz e debora.nandja@uem.mz

Introdução

Com cerca de 17.5 milhões de habitantes, ocupando uma extensão territorial de aproximadamente 801.590 Km², Moçambique é a mais populosa das antigas colónias portuguesas de África. A agricultura é a base da economia do país. Mais de 70% da população vivem em áreas rurais, dedicando-se principalmente à agricultura, silvicultura e pesca. Metade da população está na faixa etária de 6-24 anos e a maioria é do sexo feminino. Cerca de 80% do investimento público vai para os sectores sociais (educação, saúde e provisão de água), bem como a agricultura, transportes e infra-estruturas rurais.

Desde 1987, o Governo de Moçambique tem vindo a implementar um programa de reajustamento estrutural e de estabilização macroeconómica, com o objectivo de promover o crescimento económico e reduzir os níveis de pobreza no país. Como resultado das políticas adoptadas, o índice de pobreza absoluta que se situava à volta de 69,4% em 1997 tinha baixado para 54,1% em 2003. Apesar desta melhoria, a incidência da pobreza continua bastante elevada, sendo de destacar as diferenças entre o campo e a cidade. Com efeito, ao passo que nas áreas rurais o índice de pobreza se situava à volta de 55,3%, nas áreas urbanas rondava 51,5%. Como veremos mais adiante, estas taxas de pobreza estão relacionadas com as características demográficas e de educação, entre outros aspectos.

Uma população educada é fundamental para o desenvolvimento nacional. Combinada com boas políticas macroeconómicas, a educação é considerada um factor-chave na promoção do bem-estar social e na redução da pobreza, pois pode afectar positivamente a produtividade nacional e, por via disso, determinar padrões de vida e a habilidade das nações competirem na economia global. Prevalece, hoje, a nível internacional, a crença no papel da educação como um dos pilares de desenvolvimento de um país e a noção de que a pobreza global não pode ser reduzida a menos que todas as pessoas em todos os países tenham acesso a, e possam beneficiar de, uma educação básica de qualidade.

À luz desta premissa, Moçambique ratificou vários documentos internacionais comprometendo-se a envidar esforços para que a educação seja preponderante. Dentre esses documentos podemos citar a Declaração de Jomtien, o CONFINTEA, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Dakar) e a Declaração Mundial sobre População e Desenvolvimento. Face a estes compromissos, todos eles

englobando a componente de educação de adultos como um objectivo a prosseguir, e na sequência da implementação do primeiro programa quinquenal do Governo em tempo de paz, estabilidade e reconciliação nacional, verifica-se um ressurgimento, a nível nacional, da Educação de Adultos, tanto na esfera formal como não-formal. Este ressurgimento preconiza a intensificação do investimento na alfabetização de adultos e promove uma maior visibilidade deste sector, entre outros aspectos.

História da Alfabetização em Moçambique

Mário (2002) identifica três etapas distintas na provisão de programas de alfabetização e educação de adultos em Moçambique. A 1ª etapa começa em 1975, após a proclamação da independência nacional, e estende-se até meados da década de 80. Tem como marco de referência a consagração da Educação de Adultos como um dos pilares do Sistema Nacional de Educação. Como o referido autor escreve:

Esta é uma etapa caracterizada por um processo dinâmico e multifacetado de mobilização popular para as tarefas de reconstrução nacional, de construção da unidade nacional e de afirmação da identidade moçambicana. Com efeito:

- *Realizaram-se sucessivas campanhas de alfabetização e educação de adultos em todo o território nacional.*
- *Um conjunto de acções planificadas e concertadas de educação e formação de adultos junto de determinadas empresas, comunidades ou sectores sociais definidos como “estratégicos” para o desenvolvimento socioeconómico do país pelo governo foram desencadeadas(...).*

Graças a este esforço concertado, no espaço de cinco anos, foi possível reduzir a taxa de analfabetismo entre a população adulta em cerca de 25%, tendo passado de 97% em 1974 para cerca de 72% em 1982¹.

A 2ª etapa tem início nos meados da década de 80, e prolonga-se até 1995. Ela é caracterizada por uma redução significativa das actividades de alfabetização e educação de adultos devido à intensificação da guerra de desestabilização então movida pelo regime do “apartheid” da África do Sul. Para além da destruição de infraestruturas e perda de vidas humanas, a guerra esteve na origem directa do afluxo de milhares de refugiados moçambicanos nos países vizinhos e de milhões de deslocados em todo o país. Assim, a alfabetização e educação de adultos passaram a estar confinadas às grandes cidades. A única excepção foram as iniciativas de organizações não-governamentais, religiosas e de indivíduos que mantiveram os programas em pequena escala, tendo produzido, em muitos casos, programas inovadores, como a alfabetização com base em línguas locais. Esta fase culminou com a extinção da Direcção Nacional de Educação de Adultos (DNEA), cujas actividades e pessoal foram integrados na Direcção Nacional do Ensino Básico.

A 3ª e última etapa começa em 1995 e estende-se até aos nossos dias. Ela pode ser caracterizada como um processo de redescoberta e o resgate da alfabetização e educação de adultos “no contexto de paz e estabilidade social que o país vive, e como

¹ Mário (2002) p. 129-130

instrumento indispensável de um desenvolvimento económico e social sustentável, centrado no homem e na mulher moçambicanos”².

Políticas de Alfabetização e Educação para Todos em Moçambique

A alfabetização e educação básicas constam de vários instrumentos legais e de políticas de desenvolvimento do país. Dentre eles se destacam a Constituição da República de Moçambique que define a educação como um direito de todo cidadão (Artigo 88.º) e como um caminho para a unidade nacional, a erradicação do analfabetismo, o domínio da ciência e da técnica, bem como a formação moral e cívica dos cidadãos (Artigo 113.º); o Programa do Governo para 2000-2004, que preconizava o relançamento da alfabetização, dando-lhe uma dimensão global e realística, e que tinha como objectivo a redução do analfabetismo em 10%; a Lei nº 6/92 que actualiza o Sistema Nacional de Educação - SNE em conformidade com o novo modelo económico e político consagrado na Constituição de 1990; o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005 – PARPA, que define a alfabetização e a educação de adultos como um dos objectivos primordiais do programa educacional; a Estratégia Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos e Educação Não-Formal (AEA/ENF), cujo objectivo principal é a erradicação do analfabetismo no país, e o novo Programa do Governo 2005-2009 que retoma o objectivo de redução do analfabetismo em 10%. Todos os documentos normativos e de política acabados de citar podem ser encarados como uma manifestação da vontade do governo e da sociedade como um todo em conferir à alfabetização um espaço e um papel cada vez mais activo na redução da pobreza e no desenvolvimento do país, conformando-se, assim, com os compromissos internacionais assumidos a partir das Declarações de Jomtien e de Dakar, entre outros.

Nestes últimos documentos a alfabetização é definida como “aprendizagem da leitura, escrita e numeração, desenvolvidas de forma a utilizá-las efectivamente para aprender a aprender e para satisfazer as necessidades básicas³”. A noção de *aprender a aprender*, inserida neste conceito de alfabetização, é um elemento essencial para o compromisso da Educação para Todos, constituindo-se, por si só, num dos objectivos de Dakar⁴. É assumido internacionalmente que esta noção, por si só, facilita a realização de todos os objectivos preconizados na política de Educação para Todos e esta noção também faz parte da Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos e do Plano Curricular para a Alfabetização do Ministério da Educação de Moçambique, aprovados em 2000 e 2003, respectivamente, onde no último documento citado se lê:

*A alfabetização é considerada, por um lado, a aquisição de noções básicas de leitura, escrita e cálculo e, por outro lado, um processo que estimula a participação nas actividades sociais, políticas e económicas e permite **uma educação contínua e permanente**. O conceito adoptado reflecte, também, o tipo de alfabetização funcional inserido como uma das actividades de desenvolvimento local⁵.*

² Mário (2002) p. 130

³ ICAE (2003) p. 29-31

⁴ Objectivo 4, EFA, Dakar: Assegurar que até o ano 2015 haja uma redução dos níveis de analfabetismo para cerca de 50 %, em particular nas mulheres, e facilitar que todos os adultos tenham acesso equitativo à educação básica e à educação permanente.

⁵ MINED (2003a) p. 57

A noção de educação contínua e permanente inserida nesta definição remete-nos à perspectiva da Aprendizagem ao Longo da Vida (*Life Long Learning*), pré-requisito para o desenvolvimento humano e para os desafios advindos de uma economia globalizada e das demandas individuais e colectivas requeridas num mercado de trabalho em constante mudança. Esta perspectiva é retomada na proposta de Plano Estratégico da Educação⁶, onde uma relação directa entre a redução dos índices de analfabetismo, o desenvolvimento sustentável e a diminuição da pobreza é sugerida. É consenso que a questão da pobreza não é uma questão meramente educacional. Porém, a educação deve servir como instrumento número um para um redirecionamento estrutural, tanto político como económico. Como Bholá escreve,

*No contexto e nas condições actuais em que vivem os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, os educadores de adultos parecem ser a maior esperança para os pobres do mundo*⁷.

É a partir desta noção que a alfabetização, sendo o coração da aprendizagem, emerge como elemento essencial da Educação para Todos (EFA). À luz disto, foi criado, em 1999, o Movimento de Educação para Todos de Moçambique (MEPT), que integra mais de 70 membros, incluindo Organizações Não-Governamentais, Instituições Religiosas e Sindicatos. O objectivo principal do MEPT é oferecer um espaço para a sociedade civil participar activamente no processo educacional do país. O MEPT é também membro fundador e moderador, desde 2001, da SANCEFA (Southern Africa ANCEFA – African Networks Campaigns for EFA), que promove os objectivos da Educação para Todos através de parcerias entre os países da região.

A nível do Plano Estratégico do Movimento de Educação para Todos de Moçambique (MEPT), destaca-se o papel dado à alfabetização como chave para o desenvolvimento, nomeadamente nos seguintes pontos:

*Visão do MEPT: O MEPT pretende participar na contínua construção de um País em que todas as crianças, jovens e adultos tenham acesso a uma educação básica de qualidade, sem qualquer tipo de discriminação*⁸.

*Objectivo específico 8.2: Incentivar os membros a realizarem acções concretas relativas ao envolvimento de um número crescente de mulheres e raparigas participando na educação formal, não formal e alfabetização e educação de adultos*⁹.

Não obstante, as actividades previstas no Plano Estratégico do MEPT não indicam claramente o que fazer a nível da alfabetização de adultos. Este dilema não é exclusivo de Moçambique. Vários estudos mostram que a alfabetização tem sido relegada ao segundo plano no âmbito da Educação para Todos, principalmente a partir da Iniciativa Acelerada sobre Educação para Todos (*Fast-Track Initiative*)¹⁰, cujas actividades focalizam a igualdade de género e a conclusão universal do nível primário, levando à constante exclusão de jovens e adultos analfabetos. Em

⁶ MINED (2005)

⁷ Bholá, Harbans (2004) p.16, tradução dos autores

⁸ MEPT (2003) p. 17

⁹ MEPT (2003) p. 21

¹⁰ Torres, C.A. (2003)

Moçambique, a referida iniciativa preconiza o aumento das taxas de conclusão do nível primário, a redução dos custos de construção de escolas, o apoio aos órfãos do HIV/SIDA, o recrutamento de professores, o diálogo entre os doadores e o governo, a capacidade de planeamento e implementação, e as ligações multisectoriais. Desta feita, apesar de constar do objectivo acima citado, o MEPT pouco ou quase nada tem feito em termos de acções específicas para o desenvolvimento da alfabetização e educação de adultos.

Durante a Conferência do Milénio, promovida pela ONU em Setembro de 2000, os participantes subscreveram a “Declaração do Milénio”, posteriormente ratificada por Moçambique, juntamente com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) (Millennium Development Goals, MDG). Apesar de afectar directamente todos os objectivos preconizados, a alfabetização, como elemento essencial para a diminuição da pobreza no mundo, não é um dos objectivos do Milénio. Em Moçambique, o Plano de Acção para os ODM não faz referência alguma à alfabetização, limitando-se à oferta do ensino primário universal¹¹.

Esta exclusão da alfabetização de adultos nos ODM tem várias explicações. Por um lado, tal como Torres (2003) sugere, a alfabetização serve a uma clientela pobre e politicamente subrepresentada; os programas de alfabetização são os de menor prestígio na hierarquia educacional, na sua maioria não oferecendo credenciais académicas de prestígio; a conexão entre alfabetização e trabalho é sempre elusiva. Por outro lado, a dificuldade dos intervenientes do sector em elucidar aos planificadores e gestores políticos sobre a importância da alfabetização e educação de adultos, muitas vezes como consequência da reduzida compreensão das políticas internacionais e globais.

Entretanto, apesar dos inúmeros constrangimentos e diversidade de problemas enfrentados em relação à alfabetização, vários passos têm sido dados e a vontade política do governo tem estado a aumentar, como se pode notar na proposta de Plano Estratégico 2005-2009, que antecipa a redução da taxa de analfabetismo para 40%, com especial atenção para as mulheres.

Uma das motivações para a manutenção da vontade política tem sido a renovação dos cometimentos assumidos após o lançamento, pelas Nações Unidas, da Década da Literacia em 2003. Este novo sopro de motivação poderá ser o ponto de partida para uma revitalização sustentável do sector, de forma a viabilizar o cumprimento dos objectivos previstos tanto nas políticas nacionais como nas internacionais.

Situação Actual do Analfabetismo em Moçambique

Cerca de 18% da população mundial é analfabeta; desta, aproximadamente 64% são mulheres. Na África Sub-Sahariana, a população de analfabetos ronda 38%, dos quais 61% são do sexo feminino. Entre os jovens (15-24 anos), as taxas de analfabetismo são de 12% da população mundial; a nível da região Sub-Sahariana 23% não sabem ler nem escrever, dos quais 59% são do sexo feminino¹².

¹¹ World Bank (2003)

¹² UNESCO (2004)

Moçambique apresenta taxas superiores à média da região sub-sahariana. Segundo dados estatísticos recentemente publicados pelo Instituto Nacional de Estatística¹³ a taxa média de analfabetismo entre a população adulta do país situa-se à volta de 53.6%, sendo mais elevada nas zonas rurais (65.7%) do que urbanas (30.3%) e mais saliente nas mulheres (68%) do que nos homens (36.7%). Num país com a dimensão e a diversidade de Moçambique, não é de estranhar a existência de discrepâncias entre diferentes regiões, com as taxas variando entre 15.1% na Província de Maputo (a sul do país) e 68.4% na Província de Cabo Delgado (a norte do país). Entre os jovens a situação é alarmante, com taxas de 37.9% para a faixa etária de 15 a 19 anos (48% entre as jovens mulheres) e 50.7% para a faixa de 20 a 29 anos de idade (61.1% entre as jovens mulheres).

Estas taxas, como se pode ver na Tabela 1, são monitoradas anualmente, através dos indicadores preconizados na Conferência sobre População e Desenvolvimento e, a partir destes dados, é possível verificar o esforço do governo em reduzir o analfabetismo no país.

Tabela 1: Indicadores educacionais sobre o avanço em direcção às metas quantitativas e qualitativas da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento

Ano	Indicadores de Educação							
	Ingressos no nível primário (%)		% na última classe do nível primário		Ingressos no nível secundário (%)		% analfabetos (> 15 anos)	
	H	M	H	M	H	M	H	M
1996	69	52	-	-	9	6	55	79
1997	69	52	-	-	9	6	42	77
1998	69	52	-	-	9	6	42	77
1999	70	50	52	39	9	6	46	77
2000	70	50	52	39	9	5	41	73
2001	70	50	52	39	9	5	39	70
2002	83	60	43	29	11	7	38	69
2003	104	79	62	54	14	9	40	71
2004	110	87	56	47	16	10	38	69

Fonte: *The State of World Population, Monitoring ICPD Goals (International Conference on Population and Development)*, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004

Não obstante o progresso alcançado na redução das taxas globais de analfabetismo, quando comparadas as taxas *entre* homens e mulheres (24 pontos percentuais em 1996 para 31 pontos percentuais em 2004), nota-se que o fosso entre homens e mulheres continua a aumentar.

Algumas hipóteses podem ser avançadas para explicar este facto. Por um lado, os números podem indicar que os esforços com vista ao ingresso e manutenção das mulheres analfabetas, nos programas existentes, não estão sendo eficazes.

Por outro lado, os referidos números podem significar que, apesar das iniciativas para a equidade de género no sector da educação, mais e mais raparigas não ingressam ou abandonam a escola, alimentando o grupo de mulheres analfabetas ao longo dos anos. Quando comparados aos da região, os dados disponíveis sugerem um desequilíbrio

¹³ INE (2004) p.66

similar entre as oportunidades de alfabetização que são dadas aos homens e às mulheres em África¹⁴.

Além da desigualdade de oportunidades, outro factor que pode inibir a participação das mulheres nos programas de alfabetização e educação de adultos é o tipo de programas oferecidos. Este é um problema encarado com preocupação, já que segundo Lind (2004), as mulheres parecem ser mais interessadas nos programas quando os mesmos estão orientados para a melhoria de suas próprias vidas e do bem-estar de suas famílias. O PARPA¹⁵ preconiza a alfabetização e a educação de adultos como um dos factores-chave da redução da pobreza no país e relaciona o sucesso das acções com os programas orientados particularmente para as mulheres e para as zonas rurais.

Apesar das iniciativas do governo viradas para a correcção das disparidades em termos de acesso e retenção, a paridade de género ainda continua longe de ser alcançada. O acesso e, principalmente, a retenção da mulher e da rapariga em programas de alfabetização ainda registam níveis relativamente baixos. Os dados disponíveis¹⁶ indicam, por exemplo, que, em 2002, 60% de ingressos no primeiro e segundo níveis correspondiam às mulheres, enquanto que no terceiro nível, a percentagem era apenas de 48%. Entretanto, a taxa de desistência posicionava-se em torno de 40%.

Existem actualmente dois grupos de provedores de programas de alfabetização: o Governo e as organizações não-governamentais (ONGs). Estas últimas podem ser tanto nacionais como internacionais. Operando em espaços e horários diversos, fazem parte do amplo movimento de educação não-formal na sociedade. Os programas desenvolvidos por ambos os grupos têm tido como consequência o aumento, tanto do número de participantes como da oferta de unidades de alfabetização. Dados do Ministério da Educação revelam que em 2002 havia 259.435 adultos matriculados e, ao fim do primeiro nível¹⁷, a taxa de desistência era de 36% ao passo que a taxa de aprovação era de 76%. Segundo Lind & Kristensen¹⁸, em 2003 406.309 adultos estavam envolvidos em programas de alfabetização.

Por outro lado, dados apresentados por Mário (2002) indicam que, em 2001, havia 558 unidades de alfabetização e educação básica de adultos no país. Já em 2004¹⁹, estes números tinham aumentado de forma significativa, estimando-se em 5.000 o número total de unidades existentes.

Um dos factores que poderá contribuir para a fraca participação e os elevados índices de desistência dos programas de alfabetização e educação de adultos em Moçambique é o facto de a grande maioria da população, de origem Bantu, não dominar a língua portuguesa, a língua oficial e de ensino do país. Com efeito, em 1997 apenas 40% da população moçambicana sabiam ler e escrever em português..

¹⁴ Indabawa, S.; Oduaran, A.; Afrik, T. & Walters, S. (2000)

¹⁵ PARPA (2001)

¹⁶ MINED (2003b)

¹⁷ Os programas moçambicanos de alfabetização têm a duração de 3 anos

¹⁸ Lind, A. & Kristensen, V. (2004)

¹⁹ MINED (2005)

A maioria dos referidos utentes da língua portuguesa eram do sexo masculino e residiam nas zonas urbanas²⁰. Atento a esta situação, em 1991 o Governo Moçambicano decidiu introduzir um Programa de Alfabetização em Línguas Moçambicanas, no âmbito do Projecto de Educação Bilingue de Mulheres. Na fase inicial o projecto seleccionou duas línguas do norte (*emakhwa* e *nyandja*), duas do centro (*sena* e *ndau*) e uma do sul do país (*changana*). De modo semelhante, a Estratégia do Subsector de Alfabetização e Educação de Adultos 2001-2005²¹ preconizava a revisão, adequação e multiplicação de materiais instrucionais já existentes, principalmente nas línguas portuguesa, *emakhuwa*, *changana*, *rhonga*, *nyanja*, *mwani*, *sena*, *ndau*, *makonde* e *yao*, e a elaboração de materiais em mais línguas moçambicanas, nomeadamente, *lomwé*, *nyungwe*, *tewe*, *bárue*, *copi*, *tonga*, *tshwa*, e *chuwabo*, evidenciando assim a relevância que as línguas nacionais possuem nos diferentes contextos de aprendizagem.

Apesar de sucessivas declarações de intenções por parte do Governo moçambicano de aumentar o financiamento dos programas de alfabetização e educação de adultos, na prática os orçamentos têm-se mantido inalterados nos últimos 5 anos. A título de exemplo, dados recentes do Ministério da Educação e Cultura²² indicam que 4.1% do orçamento da educação em 2003 se destinavam aos programas de educação de adultos. Porém, informação colhida junto da Direcção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos revela que, naquele ano, apenas 1% do orçamento da educação fora alocado ao subsector de educação de adultos.

Em suma, apesar dos esforços do governo moçambicano e da sociedade civil, consubstanciados nos sucessivos planos quinquenais de 1995-1999 e 2000-2004, onde a alfabetização e a educação de adultos emergem como uma prioridade, as taxas de analfabetismo continuam elevadas e acima da taxa média dos países da África Sub-Sahariana. O sistema formal de ensino não consegue absorver todas as crianças em idade escolar, deixando de fora cerca de 50% das crianças, o que constitui uma fonte permanente de crescimento da população analfabeta no país²³.

Conclusão

A persistência de altos índices de analfabetismo no país tem muitas causas e pode ser analisada de diferentes maneiras. Em nossa opinião, uma das causas é a ausência de integração entre as iniciativas e realizações do governo, por um lado, e o MEPT, cujo Plano Estratégico ainda não se traduz em acções visíveis no campo da alfabetização e educação de adultos, por outro lado.

Uma análise efectuada pelo Ministério da Educação e Cultura na proposta de Plano Estratégico 2005-2009²⁴ apresenta alguns sucessos e desafios na área de educação não formal e de adultos. Dentre os sucessos citam-se a expansão de unidades de alfabetização e a elaboração duma estratégia para a alfabetização e educação de adultos. No tocante aos desafios, destaca-se a problemática das parcerias e

²⁰ INE (2000)

²¹ MINED (2001)

²² MEC (2005) e MINED (2005)

²³ PNUD (2001)

²⁴ MINED (2005)

coordenação insuficientes²⁵, a fraca relevância dos programas, a fraca retenção, particularmente em relação às mulheres e raparigas e a deficiência dos sistemas de supervisão, monitoria e avaliação. A mesma análise aponta alguns constrangimentos, tais como pessoal pouco qualificado, falta de garantia de financiamento para a implementação dos programas, insuficiente capacidade do INEA²⁶ em desempenhar as suas funções, particularmente no tocante à implementação do Regulamento de Pagamento de Subsídios aos Alfabetizadores. Este regulamento viabiliza o processo de contratação e pagamento dos alfabetizadores mas, quando não implementado correctamente, pode desmotivar tanto a participação dos alfabetizadores como dos aprendentes.

Em nossa opinião, todos os desafios e constrangimentos acima referidos podem, e devem, ser equacionados, não com novas políticas, mas com a assunção das políticas já existentes e que, na sua maioria, não passaram de declarações retóricas de compromisso. É preciso lembrar que a exclusão de crianças ao nível primário tem como consequência directa o aumento da população adulta analfabeta, e que o aumento e a manutenção de uma população adulta analfabeta pode trazer enormes prejuízos ao desenvolvimento do país.

Para evitar que isto aconteça, o governo, as agências internacionais e outros intervenientes, deverão melhorar a coordenação das suas actividades. Neste contexto, a participação do MEPT na criação de condições que garantam que todas as crianças, jovens e adultos, tenham acesso a uma educação básica de qualidade é crucial.

²⁵ Mário (2002) explica que a coordenação das actividades é da responsabilidade do Ministério da Educação. No entanto, existem outros intervenientes, quer a nível de pesquisa e desenvolvimento (e.g. Universidade Eduardo Mondlane-UEM, Universidade Pedagógica-UP, Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação-INDE), quer a nível de oferta de programas através da intervenção da sociedade civil pelas ONGs, confissões religiosas e associações de base comunitária, tendo ainda as agências e ONGs internacionais que intervêm principalmente através do financiamento de projectos ou programas neste domínio.

²⁶ Instituto Nacional de Educação de Adultos, que tem como objectivo principal formar pessoal competente na área de educação de adultos para todo o país.

Referências

- Bhola, H. (2004). *Educación de Adultos y Reducción de la Pobreza: un Análisis Político-económico desde la Perspectiva de la Teoría de Sistemas*. Educación de Adultos y Desarrollo, nº 62. Bonn: IIZ/DVV.
- DNAEA (2005). *Informe sobre as realizações do subsector de AEA/ENF, 2000-2004*. Maputo: DNAEA.
- ICAE (2003). *Agenda for the Future: Six Years Later*. Montreal: Faculty of Education, UQAM.
- Indabawa, S.; Oduaran, A.; Afrik, T. & Walters, S. (2000). *The State of Adult and Continuing Education in Africa*. Windhoek: Faculty of Education, University of Namibia.
- INE (2000). *Situação Linguística de Moçambique*. Maputo: INE.
- INE (2004). *Relatório Final do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar, 2002-2003*. Maputo: INE.
- Lind, A. (2004). *Reflections on Gender Equality and National Adult Basic Education Programmes*. Artigo apresentado no Seminário “Beyond Access: Developing Gender Equality in Adult Education”, 29th of June 2004, University of East Anglia, Norwich, UK.
- Lind, A. & Kristensen, V. (2004). *Education sector in Mozambique: Problem Analysis*. Stockholm: SIDA.
- Mário, M. (2002). *A Experiência Moçambicana de Alfabetização e Educação de Adultos*. Comunicação apresentada na Conferência Internacional “Adult Basic and Literacy Education in the SADC region”, 3-5th of December 2002, University of Natal, Pietermaritzburg, RSA.
- MEC (2005). *Recolha de Dados para o PER de Educação – Relatório Preliminar*. Maputo: Austral Consultoria e Projectos, Lda.
- MEPT (2003). *Plano Estratégico (2003-2005)*. Maputo: MEPT.
- MINED (2001). *Estratégia do Subsector de Alfabetização e Educação de Adultos/Educação Não-Formal, 2001-2005*. Maputo: MINED.
- MINED (2003a). *Plano Curricular para a Alfabetização*. Maputo: MINED.
- MINED (2003b). *Education Statistics – Annual School Results - 2002*. Maputo: MINED.
- MINED (2005). *II Plano Estratégico do Sector da Educação (ESSP II) 2005-2009*. Maputo: MINED. (documento não publicado, ainda não finalizado)
- PNUD (2001). *National Human Development Report*. Maputo: PNUD
- República de Moçambique (2001) *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, PARPA (2000-2004)*, Ministério do Plano e Finanças. Maputo: QuartoPress.
- Torres, C.A. (2003). *Política para Educação de Adultos e Globalização*. Currículo sem Fronteiras, 3(2):60-69.
- UNESCO (2004). *EFA Global Monitoring Report 2004*. Paris: UNESCO.
- World Bank (2003). *Mozambique, Public Expenditure Review, Phase 2: Sectoral Expenditures*. Maputo: World Bank.